

Ano I | Nº. 27 | Quinta-feira, 29 de setembro de 2022

Olá! Este é mais um informativo da nova fase do tradicional Cejur Notícias, agora com a participação ativa das coordenações temáticas, em edições quinzenais. A vez, nesta edição, é da Coordenação de Defesa Criminal (COCRIM), que apresenta rico material sobre suas atividades e sobre as matérias que lhe dizem respeito. Para repercutir este informativo, haverá na próxima quarta-feira, às 10h, como tem acontecido sempre, Encontro Temático com a COCRIM, transmitido pelo canal do Youtube da DPRJ. Uma boa leitura para todas e todos.

INTERNAS

Lista de transmissão via *WhatsApp* e Informativo Jurisprudência Seleccionada



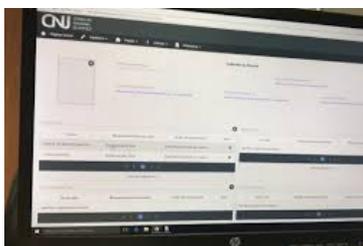
Em 2021, a Coordenação de Defesa Criminal implementou lista de transmissão, via *WhatsApp*, com o objetivo de facilitar a comunicação com as(os) integrantes da DPRJ. Com inspiração na seção de mesmo nome do Boletim CEJUR, a COCRIM passou a enviar na lista, semanalmente, arquivo denominado “Jurisprudência Seleccionada”, contendo recentes e relevantes precedentes jurisprudenciais. Todos os informativos já enviados, bem como um compilado de julgados enviados no ano de 2021 separados por assunto, encontram-se na aba da COCRIM no Acesso Restrito. Acesse [aqui](#).

Lançamento do Núcleo de Investigação Defensiva – Anote na agenda!

No dia **30/09, às 9h30**, ocorrerá o evento de lançamento do Núcleo de Investigação Defensiva, projeto inovador no Brasil, voltado a permitir o desenvolvimento de investigação direta pela defesa no âmbito da DPRJ, inclusive com auxílio técnico pericial, essencial a uma defesa efetiva e em paridade de armas com a acusação. Leia [aqui](#) entrevista com o Defensor Público Denis Sampaio, que estará à frente do órgão.



Comunicado Conjunto COCRIM/COCUSTODIA nº 03/2022 – Registro de cumprimento de mandados de prisão no BNMP



A Coordenação de Defesa Criminal expediu, juntamente à Coordenação do Núcleo de Audiências de Custódia, Comunicado Conjunto que alerta sobre a necessidade de registro do cumprimento de mandados de prisão no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) pelo cartório da Vara/Juizado ou pela secretaria da Câmara Criminal, sob pena de possível nova prisão indevida. Confira [aqui](#) o comunicado.

Comunicado Conjunto COCRIM/CONUSPEN nº 01/2022 – Resolução CNJ nº 474/2022

A Coordenação de Defesa Criminal expediu, juntamente à Coordenação do Núcleo do Sistema Penitenciário, Comunicado Conjunto sobre a Resolução nº 474/2022 do CNJ, que determina a intimação da pessoa condenada para dar início ao cumprimento da pena, previamente à expedição de mandado de prisão, nos casos de fixação de regime semiaberto e aberto. Leia [aqui](#) o Comunicado e baixe [aqui](#) o anexo.



Acesso a sistemas úteis à defesa criminal (SEI DETRAN - FAC, SIPEN, SEEU e PROJUDI)



A Coordenação de Defesa Criminal elaborou e disponibilizou no Acesso Restrito do *site* da DP documento contendo instruções para a obtenção de acesso a sistemas úteis à defesa criminal, quais, sejam, SEI DETRAN - FAC, SIPEN, SEEU e PROJUDI, para defensoras(es) e servidoras(es). Ressalta-se que, na utilização dos referidos sistemas, devem ser observados os princípios da finalidade e adequação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – art. 6.º, incisos I e II). Clique [aqui](#) para conferir.

Calculadoras úteis à defesa criminal

Enquanto ainda não foi disponibilizada, no Sistema Verde, calculadora voltada à área criminal, a Coordenação de Defesa Criminal elaborou e incluiu em sua aba no Acesso Restrito do *site* da DP documento contendo *links* de calculadoras disponíveis em outros *sites*, a fim de facilitar cálculos referentes à dosimetria da pena (frações de aumento e diminuição) e à prescrição da pretensão punitiva e executória. Clique [aqui](#) para ter acesso ao documento.



Observatório do Reconhecimento Fotográfico



A Coordenação de Defesa Criminal reitera a criação do Observatório do Reconhecimento Fotográfico na instituição, através da Resolução DPGE nº 1145, de 5 de maio de 2022, recomendando-se o envio de decisões judiciais em casos de reconhecimento fotográfico realizado em violação ao art. 226 do CPP, favoráveis ou desfavoráveis, à Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça, através do e-mail depaj@defensoria.rj.def.br. Acesse [aqui](#) a Resolução.

Grupo de Trabalho para Ações de Revisão Criminal e/ou Habeas Corpus substitutivos

O GT se trata de projeto-piloto referente a procedimentos administrativos que têm por objeto pedidos de revisão criminal, provisoriamente sob atribuição da COCRIM, dado o grande volume de demandas, especialmente após a virada de entendimento dos Tribunais Superiores com relação ao tema do reconhecimento fotográfico. Composto por 5 Defensoras e Defensores e com duração durante o mês de setembro, até o fechamento deste boletim o GT já tinha obtido uma decisão absolutória, em HC de autoria do DP Eduardo Januário Newton – veja [aqui](#) o acórdão.



COCRIM, CONUSPEN e DPs EXPEN obtêm liminar em HC coletivo para determinar que VEP reavalie decisão genérica de regressão de regime



Na decisão, a Desembargadora Monica Tolledo de Oliveira entendeu ser ilegal a decisão genérica que determinou, em caráter coletivo e sem individualização, a regressão de regime e expedição de mandado de prisão, fundamentada unicamente em relação enviada pela SEAP com cerca de 900 nomes de apenados em PAD que, supostamente, teriam transgredido os termos do monitoramento eletrônico. Leia [aqui](#).

COCRIM obtém absolvição de homem acusado de roubo com base em reconhecimento por foto 3x4 da CNH

Trata-se de caso estratégico em que atuou a COCRIM, versando sobre reconhecimento fotográfico realizado através de fotografia 3x4 constante da CNH do acusado, tendo sido a soltura do acusado noticiada no Informativo CEJUR + COCRIM nº 03, divulgado em março de 2022. Em 25 de julho, o acusado foi absolvido pelo juízo da 1ª Vara Criminal do Fórum Regional de Bangu. Veja [aqui](#) o processo (nº 0027444-75.2020.8.19.0204).



COCRIM em atuação conjunta com Defensoras Públicas obtém absolvição em embargos infringentes e de nulidade estratégicos



Os embargos, de autoria da DP Andréia Teixeira Moret Pacheco, foram julgados procedentes, após sustentação oral da Coordenadora de Defesa Criminal e da DP Rafaela Silva Garcez, para absolver, do único processo pelo qual ainda estava condenado, Tiago Vianna Gomes, cuja fotografia foi excluída do álbum de suspeitos de Delegacia após impetração de mandado de segurança, conforme noticiado no Informativo CEJUR + COCRIM nº 02, divulgado em outubro de 2021. Veja [aqui](#) o acórdão.

ACONTECEU

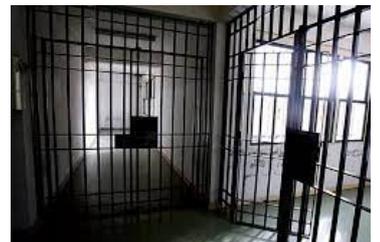
Ministro Sebastião Reis Júnior participa de evento presencial na DPRJ



Em 19 de agosto, foi realizado na sede da DPRJ o evento “**Jurisprudência atual do STJ em material penal e processual penal**” que contou com a presença do Ministro do STJ Sebastião Reis Júnior, o qual ministrou excepcional palestra sobre o tema. Os *slides* apresentados pelo Ministro na ocasião foram compilados pela Coordenação de Defesa Criminal e disponibilizados no Acesso Restrito. Acesse a gravação do evento [aqui](#) e o compilado de Jurisprudência Seleccionada pelo Ministro [aqui](#).

Coordenação do NUSPEN participa de audiência com a CIDH sobre unidades prisionais

Na reunião, ocorrida em 21 de julho, o Subcoordenador do NUSPEN, Leonardo Rosa, sustentou que, apesar das medidas cautelares aplicadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado do RJ, não houve qualquer melhora estrutural nas unidades prisionais, destacando também a dificuldade no atendimento de urgências e emergências por causa da disponibilização precária de transporte e a falta de reformas estruturais. Leia [aqui](#).



CNJ lança Relatório “Projeto Rede Justiça Restaurativa: Possibilidades e práticas nos sistemas criminal e socioeducativo”



O documento traz o relatório final de implementação da política pública de Justiça Restaurativa em dez Tribunais, narrando o percurso da iniciativa desenvolvida pelo CNJ no escopo do Programa Fazendo Justiça, entre 2019 e 2021, e oferece insumos técnicos para auxiliar outras instituições interessadas em aplicar medidas alternativas à privação de liberdade como política judiciária. Para acessar, clique [aqui](#).

CNJ apresentará anteprojeto de lei com regras para reconhecimento pessoal de suspeitos

Por ocasião do encerramento do GT sobre reconhecimento fotográfico, que foi integrado pela Coordenadora de Defesa Criminal, Lúcia Helena de Oliveira, dentre demais colegas, foram apresentados um anteprojeto de lei com diretrizes para modificação do Código de Processo Penal, além de uma minuta de resolução, uma cartilha com conteúdo orientador voltado para a população, um documento que elenca diagnóstico e boas práticas endereçados ao CNJ, bem como uma proposta de curso de capacitação para juízes e juízas. Veja [aqui](#) a notícia.



Campanha Tire meu Rosto da sua Mira



#TireMeuRostoDaSuaMira é uma das principais campanhas do ativismo dos direitos digitais em 2022, e visa a chamar a atenção da sociedade brasileira para os problemas e riscos dos usos do reconhecimento facial na esfera da segurança pública, pedindo o seu imediato e total banimento. Lembramos que o tema foi objeto da sala da COCRIM e da COOPERA no VI Encontro de Atuação Estratégica, realizado em 20 de maio. Conheça a campanha [aqui](#) e leia a “Carta aberta pelo banimento total do uso das tecnologias digitais de reconhecimento facial na segurança pública” [aqui](#).

Reportagem investiga o ranking de pontuação por produtividade da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Matéria do *The Intercept Brasil* expõe que “quanto mais prisões e crimes resolvidos num mês, com autores indiciados e inquéritos finalizados, maior a pontuação de cada delegacia. Embora os pontos não tragam retorno financeiro, é o bom resultado dessa soma que garante que delegados sigam à frente de suas unidades e possam montar seu time de policiais. Se houver baixa resolução de crimes, o delegado deixa o comando da unidade” e que “o critério da produtividade é o ponto chave de problemas como o reconhecimento fotográfico ser usado como única prova”. Leia [aqui](#).



Maranhão formaliza primeira Central de Vagas Prisionais do país



Em 18 de julho, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior da Magistratura do estado (ESMAM) assinaram Termo de Cooperação Técnica com o CNJ para formalização de parceria institucional para criação da primeira Central de Regulação de Vagas Prisionais do Brasil. A iniciativa adota boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional. Leia [aqui](#).





Lançada em julho deste ano pelo IDDD e pelo data_labe, a pesquisa ouviu 1.018 pessoas entre maio e junho de 2021, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Dentre outras interessantes e tristes conclusões, o relatório concluiu que ser negro nos dois estados significa ter risco 4,5 vezes maior de sofrer uma abordagem policial, em comparação com uma pessoa branca. Clique [aqui](#) para acessar o relatório.

Livro "Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital – Doutrina e Prática em Debate – Volume 5"

O Congresso Internacional *Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital* se trata de importante evento promovido pelo InternetLab com o apoio da Faculdade de Direito da USP desde 2017, cujas palestras são transformadas em artigos e reunidos em livros. Recentemente, foi lançado o livro referente à edição de 2020, que contou com a participação da Coordenadora de Defesa Criminal, Lúcia Helena de Oliveira, com o artigo "**Amplo acesso a dados pessoais: privacidade x direito à informação**", e da Subcoordenadora de Defesa Criminal, Isabel Schprejer, como o artigo "**Um close no reconhecimento fotográfico: dados, práticas e teses**". Acesse [aqui](#).



Livro "Valoração da Prova Penal", de Denis Andrade Sampaio Júnior



De autoria do Defensor Público Denis Andrade Sampaio Júnior, o livro "**Valoração da prova penal: o problema do livre convencimento e a necessidade de fixação do método de constatação probatório com viável controle decisório**", recentemente lançado pela Editora Emais, pretende rediscutir o *standard* probatório do limite da dúvida razoável, estabelecendo critérios específicos para a sua aplicação no Direito Processual Penal brasileiro.

Revista Brasileira de Ciências Criminais nº 188/192 (2022)

Estão disponíveis, na Biblioteca do CEJUR, as Revistas do IBCCRIM nº 188/192, referentes ao presente ano, que trazem artigos sobre diversos temas de direito penal, processo penal e criminologia. Confira os sumários do [nº 188](#) , [nº 189](#), [nº 190](#), [nº 191](#) e [nº 192](#).



INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

Resolução CNJ nº 465, de 22 de junho de 2022

Institui diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário. Para acessar, clique [aqui](#).

Resolução CNJ nº 469, de 31 de agosto de 2022

Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário. Para acessar, clique [aqui](#).

Resolução CNJ nº 473, de 09 de setembro de 2022

Altera a Resolução CNJ nº 372/2021, que regulamenta a criação da plataforma de videoconferência denominada Balcão Virtual. Para acessar, clique [aqui](#).

Colabore com o “CEJUR + COORDENAÇÕES TEMÁTICAS”

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para secjur@defensoria.rj.def.br

Muito importante sua participação!
